

Luis Henrique Almeida Castro
(Organizador)

Dinamismo e Clareza no Planejamento em Ciências da Saúde

3

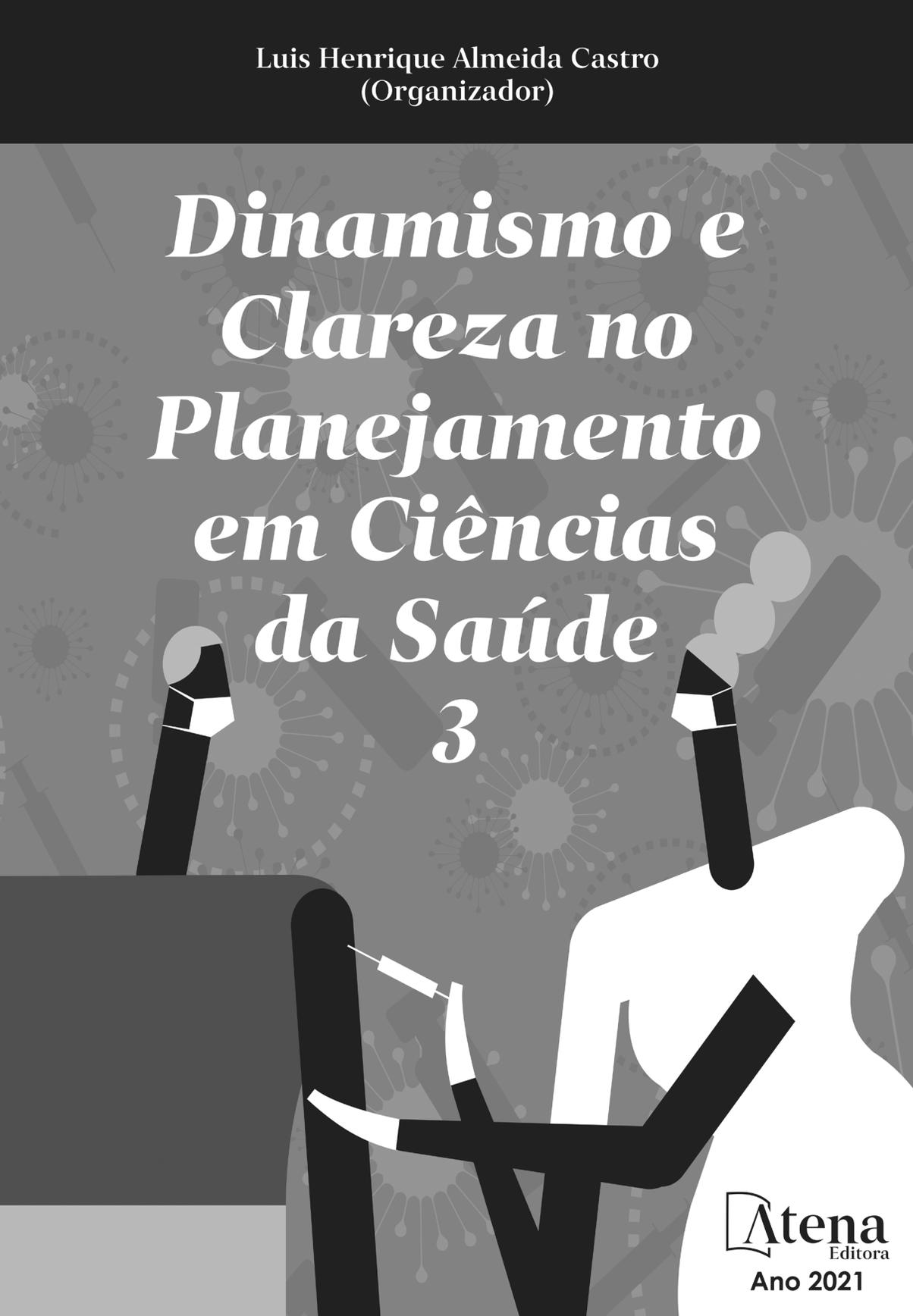


Atena
Editora
Ano 2021

Luis Henrique Almeida Castro
(Organizador)

Dinamismo e Clareza no Planejamento em Ciências da Saúde

3



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^ª Dr^ª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^ª Dr^ª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^ª Dr^ª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Prof^ª Dr^ª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^ª Dr^ª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Prof^ª Dr^ª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof^ª Dr^ª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Prof^ª Dr^ª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Prof^ª Dr^ª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof^ª Dr^ª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Prof^ª Dr^ª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Prof^ª Dr^ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª Dr^ª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Prof^ª Dr^ª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Prof^ª Dr^ª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Prof^ª Dr^ª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^ª Dr^ª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Prof^ª Dr^ª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Prof^ª Dr^ª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Prof^ª Dr^ª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^ª Dr^ª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Prof^ª Dr^ª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^ª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^ª Dr^ª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^ª Dr^ª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^ª Dr^ª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof^ª Dr^ª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^ª Dr^ª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Aleksandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof^ª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^ª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof^ª Dr^ª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^ª Dr^ª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof^ª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Prof^ª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^ª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^ª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^ª Dr^ª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof^ª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Prof^ª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^ª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof^ª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Prof^ª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof^ª Dr^ª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Prof^ª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Prof^ª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Prof^ª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof^ª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof^ª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dinamismo e clareza no planejamento em ciências da saúde 3

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Luis Henrique Almeida Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D583 Dinamismo e clareza no planejamento em ciências da saúde
3 / Organizador Luis Henrique Almeida Castro. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-934-9

DOI 10.22533/at.ed.349211204

1. Saúde. I. Castro, Luis Henrique Almeida
(Organizador). II. Título.

CDD 613

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Este e-book, como seu próprio título explicita, tem como foco o planejamento de ações nas ciências da saúde. Não obstante, planejar denota preparar um trabalho, ou um objetivo, de forma sistemática; ademais, a etiologia da palavra também conota uma ação, prática e/ou um resultado. Diante disso, a organização desta obra não poderia desconsiderar o contexto que envolve o planejamento estratégico em saúde; desta forma, os 106 trabalhos aqui contidos estão dispostos em 5 volumes que levam em conta justamente o processo construtivo de um plano: a análise científica e literária do caminho percorrido nas ciências da saúde até o momento está representada nos três primeiros volumes que, por sua vez, englobam estudos de revisão, relatos de caso e de experiência, além de pesquisas epidemiológicas; já os últimos dois volumes trazem ao leitor trabalhos que fornecem novas perspectivas de ação em saúde, desde a atenção básica até novos métodos de diagnóstico e tratamento, além de pesquisas qualitativas que tratam da sociologia inerente à prática em saúde, principalmente no Brasil.

Em nome da Atena Editora, agradece-se o empenho dos autores na construção dessa obra e explicita-se o desejo de que esta leitura contribua para a ampliação do conhecimento científico no intuito de inspirar novos estudos que tragam ainda mais resultados para o dinamismo e para a clareza no planejamento em ciências da saúde.

Boa leitura!

Luis Henrique Almeida Castro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O CONHECIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS NO COMÉRCIO DE SANTARÉM-PA SOBRE PCCU

Izabele Pereira da Silva Lopes

Renata Pessoa Portela

DOI 10.22533/at.ed.3492112041

CAPÍTULO 2..... 14

O OLHAR DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA COMO CONSTRUTORES DE JOGOS DE NEUROFISIOLOGIA NO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

Carla Waldeck Santos

Rogério Saad Vaz

DOI 10.22533/at.ed.3492112042

CAPÍTULO 3..... 31

O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA E A PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Thiago Schroeder Mottas

Brunela Gomes Canal

Janine Pereira da Silva

Maria Carlota Coelho de Rezende

Solange Rodrigues da Costa

Valmin Ramos Silva

DOI 10.22533/at.ed.3492112043

CAPÍTULO 4..... 41

O USO DA OZONIOTERAPIA NO TRATAMENTO DA ARTRITE REUMATOIDE: REVISÃO SISTEMÁTICA

Felipe Figueiredo Moreira

Ana Paula Santos Tartari

Ivo Ilvan Kerpeppers

Mário César da Silva Pereira

Angela Dubiela Julik

Patrícia Pacheco Tyski Suckow

Eliane Goncalves de Jesus Fonseca

Anna Letícia Dorigoni

Ana Carolina Dorigoni Bini

DOI 10.22533/at.ed.3492112044

CAPÍTULO 5..... 51

PADRÃO DE TRANSTORNOS PSÍQUICOS E DE HÁBITOS SEDENTARIZADOS EM INDÍGENAS BRASILEIROS

Marcus Vinicius Piedade de Alcântara

Luís Filipe de Castro Sampaio

André Mártires Pedreira de Albuquerque Bastos

Áyzik Macedo Silva

Felipe Almeida Nunes

Deyvson Diego de Lima Reis

DOI 10.22533/at.ed.3492112045

CAPÍTULO 6..... 56

PATOGENIA E MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS DA OBESIDADE NA DOENÇA RENAL CRÔNICA

Rogério Rodrigues Gouveia
Alceu Alves Pereira Peixoto
Bruna Sampaio de Mara Martins
Cristiane Sampaio de Mara
Gabriela Guirao Herrera
Otávio Tonin Passos
Priscila Gouvêa Elias
Renato Moraes Bueno

DOI 10.22533/at.ed.3492112046

CAPÍTULO 7..... 66

PERCEPÇÃO DOS IDOSOS SOBRE O AMBIENTE FÍSICO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SANTA CATARINA

Flávia de Souza Fernandes
Alexandre Vanzuita
Aline Daiane Schlindwein
Daiana Caroline Prestes Feil

DOI 10.22533/at.ed.3492112047

CAPÍTULO 8..... 78

PERFIL DE INCIDÊNCIA DA MASTOIDITE COMO COMPLICAÇÃO DE OTITE MÉDIA E FATORES ASSOCIADOS

Ana Carolina Cárnio Barruffini
Bárbara Sofia Ferreira Diniz
Bruna Viegas Amaral Amorim
Ludmila Campos Vasconcelos
Mariana de Oliveira Inocente Aidar
Rafaela Borges de Freitas
Vanessa Oliveira Silva

DOI 10.22533/at.ed.3492112048

CAPÍTULO 9..... 82

PERFIL DEMOGRÁFICO DOS INDÍGENAS URBANOS DE MATO GROSSO, AMAZÔNIA LEGAL, BRASIL, 2010

Julia Maria Vicente de Assis
Marina Atanaka

DOI 10.22533/at.ed.3492112049

CAPÍTULO 10..... 97

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS CONGÊNITA E EM GESTANTES NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC, DE 2005 A 2016

Juliana Cristina Pereira

Fernando Cordeiro
Daniela Valcarenghi
Ednéia Casagrande Bueno
DOI 10.22533/at.ed.34921120410

CAPÍTULO 11..... 110

PERFIL PSICOSSOCIAL, MORFOLÓGICO E ATIVIDADE FÍSICA HABITUAL DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE EGRESSOS EM UM PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM ATENÇÃO BÁSICA DE UM MUNICÍPIO DO NORTE DO PARANÁ

Fabio José Antonio da Silva
Angélica Ferreira Domingues
Camila Siguinolfi
Daiene Aparecida Alves Mazza

DOI 10.22533/at.ed.34921120411

CAPÍTULO 12..... 115

PERSPECTIVAS DO ENFERMEIRO SOBRE A EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO DIÁLOGO COM ADOLESCENTES

André Ribeiro de Castro Júnior
Leilson Lira de Lima
Fernanda Clara da Silva Ribeiro
José Rogério Felício
Marcos Augusto de Paula Santos
Sara Catarina Bastos Calixto
Liziane da Cruz Braga
Mirna Neyara Alexandre de Sá Barreto Marinho
Maria Rocineide Ferreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.34921120412

CAPÍTULO 13..... 124

POTENCIAL EROSIVO DE PASTILHAS MEDICAMENTOSAS

Maria Mercês Aquino Gouveia Farias
Andressa Nesello Bricatte Barros
Daniela Cristina Tirloni Hass
Silvana Marchiori de Araújo
Eliane Garcia da Silveira
Betsy Kilian Martins Luiz

DOI 10.22533/at.ed.34921120413

CAPÍTULO 14..... 135

PREVALÊNCIA DAS LESÕES MÚSCULOESQUETÉTICAS NOS MÚSICOS DE DUAS BANDAS DO NORTE DE PORTUGAL

Andrea Miguel Lopes Rodrigues Ribeiro Macedo
Ana Isabel Tavares Quelhas
Maria Conceição Manso

DOI 10.22533/at.ed.34921120414

CAPÍTULO 15..... 150

PREVALÊNCIA DE SINTOMAS MÚSCULOESQUELÉTICOS EM PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR EM UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA NO MUNICÍPIO DE PICOS-PI

Tatielle de Sousa Tibúrcio
Camila Miranda dos Santos
Jackeline Dantas de Sousa
Jadna Dias Sobreira
Maria Tereza de Almondes Sousa

DOI 10.22533/at.ed.34921120415

CAPÍTULO 16..... 161

PREVALÊNCIA NA PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA, NAS DIMENSÕES DE SAÚDE FÍSICA/MENTAL NO AMBULATÓRIO DE DERMATOLOGIA DA UNIVERSIDADE CEUMA

Rodrigo Sevinhago
Matheus Cardoso Silva
Alanna Gomes Dominici
Ana Carolina Sevinhago
Anne Nathaly Araújo Fontoura
Beatriz de Gaia Teixeira
Daniela Caires Chaves Pinto
Hyara Oliveira Barros
Danilo de Sousa Rodrigues
Márcia Rodrigues Veras Batista
Karine de Paiva Lima Nogueira Nunes
Joana Kátya Veras Rodrigues Sampaio Nunes

DOI 10.22533/at.ed.34921120416

CAPÍTULO 17..... 168

PRINCIPAIS CAUSAS DO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA À POPULAÇÃO IDOSA, REALIZADO PELO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU), NA REGIÃO DE BRAGANÇA PAULISTA - SP

Gabrielle de Souza Godoi
Gabriel Oliveira Souza de Moraes
Elaine Reda da Silva

DOI 10.22533/at.ed.34921120417

CAPÍTULO 18..... 181

PRODUÇÃO CIENTÍFICA ACERCA DO ASSÉDIO MORAL NO ÂMBITO DA SAÚDE

Maria Isabella Machado Arruda
Thaynar Ewilyn Souza Monteiro Xavier
Maria Alice Santos Falconi da Costa
Elise Maria Anacleto de Albuquerque
Fabiana Medeiros de Brito

DOI 10.22533/at.ed.34921120418

CAPÍTULO 19..... 187

QUALIDADE DA ÁGUA DE ESCOLAS PÚBLICAS E OS POSSÍVEIS RISCOS DE

DISSEMINAÇÃO DE DOENÇAS DE VEICULAÇÃO HÍDRICA

Ákylla Fernanda Souza Silva
Alessandra Roseli Gonçalves de Santana
Alana Vitoria Morais Santana
Layssa Guedes da Silva
Ediene Silva Cardoso
Darlene Glória Santos Alves
Gabrielle Yasmim Duvaisen Vasconcelos Gomes
Jonh Helton de Oliveira Soares
Jamilly Nogueira Pinto Freire de Oliveira
Camila Ananias de Lima
Agenor Tavares Jácome Júnior

DOI 10.22533/at.ed.34921120419

CAPÍTULO 20..... 197

RELAÇÃO CAUSAL ENTRE DIABÉTICOS TIPO 2 COM PERIODONTITE E O CÂNCER

Cláudia Fernanda Caland Brígido
Ana Amélia de Carvalho Melo Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.34921120420

CAPÍTULO 21..... 209

RELATO DE EXPERIÊNCIA: APLICAÇÃO DE OBJECTIVE STRUCTURED CLINICAL EXAMINATION “PARA AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS À PARTIR DE ESTÁGIO CURRICULAR EM UMA FACULDADE DE FARMÁCIA

Luciana Erzinger Alves de Camargo

DOI 10.22533/at.ed.34921120421

CAPÍTULO 22..... 216

RISCOS DA EXPOSIÇÃO AO DIACETIL: ALTERAÇÕES PROTEOMICAS EM CAMUNDONGOS ALIMENTADOS COM O FLAVORIZANTE

Leticia Dias Lima Jedlicka
Priscila da Silva Castro
Paula Rodrigues Sena
Christian Souza de Araújo
Helen Brito Costa
Rogério Romulo da Silva
Nilson Antonio Assunção

DOI 10.22533/at.ed.34921120422

SOBRE O ORGANIZADOR..... 227

ÍNDICE REMISSIVO..... 228

CAPÍTULO 9

PERFIL DEMOGRÁFICO DOS INDÍGENAS URBANOS DE MATO GROSSO, AMAZÔNIA LEGAL, BRASIL, 2010

Data de aceite: 01/04/2021

Julia Maria Vicente de Assis

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT),
Instituto de Saúde Coletiva (ISC)
Cuiabá - Mato Grosso
<http://lattes.cnpq.br/5190522928563759>
<https://orcid.org/0000-0003-1734-6668>

Marina Atanaka

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT),
Instituto de Saúde Coletiva (ISC)
Cuiabá - Mato Grosso
<http://lattes.cnpq.br/9318561943290334>
<https://orcid.org/0000-0003-3543-3837>

RESUMO: Introdução: Mais da metade da população mundial vive em cidades e a América Latina, a mais urbanizada do mundo, com 82% de sua população e, neste o Brasil com 84%. A busca em conhecer as características, sócios demográficos permite adequação das necessidades à oferta de serviços sociais e de saúde nos estados e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida dessa população. Na identificação dos indígenas nos Censos Demográficos utiliza-se o quesito raça/cor da população, a presença de indígenas nas cidades, em áreas urbanas, brasileiras é um fenômeno crescente, este deslocamento não é novo, os índices de migração aumentaram consideravelmente. Objetivo: Descrever as características da população indígena residente em área urbana do estado de Mato Grosso,

Brasil segundo perfil demográfico. Metodologia: Trata-se de estudo descritivo pautado em dados do Censo Demográfico Brasileiro, de 2010, do universo da caracterização gerais dos povos indígenas residentes em área urbana do estado de Mato Grosso, Brasil. Resultados: Informações de indígenas urbanos residentes em Mato Grosso, só é possível após Censo Demográfico de 2010, destes o município com maior número registrado e a capital, Cuiabá, com 1.608 indígenas. Esta população indígena urbana corresponde a (13,68%) dos indígenas no estado. Sua maioria do sexo feminino (50,18%) nas faixas etárias 20 a 29 anos (17,88%), e sua população infantil 0 a 9 anos (13,57%). Com relação ao nível educacional 3490 (59,96%), declararam ter ensino fundamental incompleto ou sem instrução. Os que apresentam algum tipo de renda (61,04%). Com relação ao tipo de moradia, 2485 declararam não morarem em ruas asfaltadas, e 5075 o esgoto é a céu aberto. Considerações finais: A caracterização dos indígenas urbanos requer maior aprofundamento, porém os dados do Censo indicam necessidades de adequar a oferta de cuidados sociais e de saúde como forma de assegurar vida em cidade com qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: População Indígena urbana, Demografia, Características demográficas

ABSTRACT: Introduction: More than half of the world population lives in cities and Latin America, the most urbanized in the world, with 82% of its population and, in this, Brazil with 84%. The search to know the characteristics, demographic

partners allows the needs to be adapted to the provision of social and health services in the states and, consequently, to improve the quality of life of this population. In the identification of indigenous people in the Demographic Censuses, the question race / color of the population is used, the presence of indigenous people in cities, in urban areas, Brazilians is a growing phenomenon, this displacement is not new, migration rates have increased considerably. Objective: To know the characteristics of the indigenous population living in an urban area in the state of Mato Grosso, Brazil according to demographic profile. Methodology: This is a descriptive study based on data from the Brazilian Demographic Census, 2010, of the universe of general characterization of indigenous peoples living in an urban area of the state of Mato Grosso, Brazil. Results: Information from urban indigenous people living in Mato Grosso, is only possible after the 2010 Demographic Census, of these the municipality with the highest number registered and the capital, Cuiabá, with 1,608 indigenous people. This urban indigenous population corresponds to (13.68%) of the indigenous people in the state. Most of them are female (50.18%) in the age groups 20 to 29 years old (17.88%), and their child population is 0 to 9 years old (13.57%). Regarding the educational level 3490 (59.96%), they declared to have incomplete elementary education or without instruction. Those with some type of income (61.04%). Regarding the type of housing, 2485 declared that they did not live on paved streets, and 5075 the sewage was in the open. Final considerations: The characterization of urban indigenous people requires further study, but Census data indicate the need to adapt the offer of social and health care as a way to ensure quality city life.

KEYWORDS: Urban Indigenous Population, Demography, Demographic characteristics

1 | INTRODUÇÃO

O viver na cidade é certamente a mudança demográfica mais importante ocorrida nos séculos XIX e XX (CAIAFFA et al., 2008). Mais da metade da população mundial vive em cidades e a América Latina, a mais urbanizada do mundo, com 82% de sua população e, neste o Brasil com 84% residindo em áreas urbanas (FAJERSZTAJN; VERAS; SALDIVA, 2016).

A urbanização latino-americana é caracterizada pela industrialização, cidades superpopulosas com deterioração ambiental cercadas por periferias com moradias precárias (FAJERSZTAJN; VERAS; SALDIVA, 2016).

No Brasil, contudo, o crescimento demográfico urbano é explicado pelo intenso fluxo migratório, especialmente rural-urbano, no qual os processos de crescimento populacional e urbanização desigual expressam a “periferização” com impacto, direto e indireto, nas condições de moradia e saúde da população (BRITO; SOUZA, 2005). A partir da segunda metade da década de 1990, os estudos a respeito da questão rural-urbano se destacam, distribuídos em quase todo o território nacional e com as mais diversas características sociais, culturais, econômicas e políticas (PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005). Nessa dinâmica de configuração dos espaços urbanos, os indígenas passam a estar presente.

Na história, a situação dos povos indígenas do Brasil muda em muitos aspectos. Observa-se, a partir de 1980, que a população indígena retoma seu crescimento

populacional apresentando taxa de crescimento anual maior que a nacional (SANTOS; COIMBRA-JR, 2005).

No Censo 2010 a pergunta sobre cor ou raça foi incluída no questionário do universo ao contrário dos anos anteriores quando constava apenas no questionário da amostra. Assim, no censo realizado em 2010 pelo IBGE, reafirma a presença de indígenas nas cidades brasileiras enquanto um fenômeno crescente e visível. Há no país cerca de 817.963 mil indígenas, destes aproximadamente 315.180 mil vivem em área urbana. Fato que representa mais um desafio para o índio brasileiro: adaptar-se e sobreviver em ambiente de cidade (BATISTOTI; LATOSINSKI, 2019)

Essa população indígena que vive em áreas urbanas, o deslocamento ou processo de migração foram e são motivadas por diversas razões como atendimento médico, melhor educação e até mesmo em busca de emprego visando melhoria da qualidade de vida (RODRIGUES et al., 2019). Além das motivações como busca de acesso aos serviços sociais básicos (saúde, estudo e trabalho) existem outros fatores que contribuem para o deslocamento das aldeias para as cidades como falta condições de sobrevivência em suas terras devido a conflitos de demarcação de terras e pela invasão por não indígenas e ou simplesmente atração pela vida urbana (em especial os jovens indígenas) (TEIXEIRA; MAINBOURG; BRASIL, 2009)

No estado de Mato Grosso, segundo IBGE, (2010), em 2010, havia 41 povos indígenas, com 43.226 indivíduos residindo em área urbana e rural. Diante da constatação de presença de indígenas residindo em área urbanas no estado composta com maior número de etnias, leva-nos a questionar quais são as características dos índios que vivem nas cidades.

A busca em conhecer características, sócios demográficos permitirá adequação das necessidades à oferta de serviços sociais e de saúde no estado e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida dessa população. Dessa forma, com objetivo de descrever as características da população indígena residente em área urbana do estado de Mato Grosso, Brasil segundo perfil demográfico. Esperamos identificar os elementos que expressam a dinâmica da urbanização da população indígena residente em área urbana e subsidiar no planejamento urbano e de saúde.

1.1 Censo demográfico no Brasil

Os censos demográficos constituem na principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população, modificação no tempo e espaço (IBGE, 2012a) e sua principal característica é, sem dúvida nenhuma, sua riqueza em termos das informações sobre migração (CUNHA, 2012). Estudos são fundamentados a partir dos vários aspectos das populações, como seu tamanho, sua composição por sexo e idade e seu ritmo de crescimento (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 2015), coletados em todos os municípios do país e em seus recortes territoriais internos, tendo como menor

unidade de coleta a pessoa residente num domicílio do território nacional numa data de referência (IBGE, 2010).

No Brasil, o levantamento populacional surge somente a partir de 1750, em que a Coroa Portuguesa motivada pela necessidade de defesa do território nacional buscou conhecer a composição de seu contingente populacional (IBGE, 2012a). Os censos fornecem elementos que contribuem na construção de determinada representação da população como as características relacionadas as identidades dos recenseados. Como a estratificação da população em categorias como brancos, pardos, índios, negros, além de “ingênuos”, livres, libertos e escravos (IBGE, 2012a; KODAMA, 2009).

O modelo censitário brasileiro existente foi inaugurado com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1936 e, após a promulgação da Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968, passou a ser realizados de dez em dez anos (BRASIL, 1968).

A população de um país não é apenas modificada pelas mortes e nascimentos de seus habitantes, a dinâmica populacional é cadenciada pelos movimentos de entrada e de saída entre fronteiras. Nossa história demográfica mostra que a migração, em suas diferentes modalidades, esteve presente em todas as fases do processo de desenvolvimento econômico/social e de ocupação territorial no país, desde a imigração estrangeira, incluindo o triste período do tráfico de escravos, principalmente no Século XIX, passando pelo amplamente conhecido e discutido êxodo rural dos anos 1950 e 1970, até os dias de hoje (CUNHA, 2012). Assim, atualmente, além da conformação derivada pela estatística vital, os deslocamentos de população, seja interna ou nas fronteiras, alteram expressivamente um território e se tornam expressão importante do dinamismo que requer monitoramento constante para avaliação e ajustes de planejamentos e políticas macro e microrregionais.

1.2 População indígena nos censos demográficos do Brasil

Na América Latina e Caribe, em 2010, estima-se a existência de, aproximadamente, 826 povos indígenas, totalizando uma população indígena de aproximadamente 45 milhões de pessoas correspondendo a 8,3% de sua população total (CEPAL, 2015).

O Brasil é um dos países que apresenta menores porcentagens de indígenas em relação à sua população total, da ordem de 0,5%, porém 37% das etnias indígenas da América Latina está localizado em território brasileiro (SOUZA, 2008). Aproximadamente 305 etnias estão registradas em solo brasileiro, em números de indígenas de 817.963 (IBGE, 2012b).

Na identificação dos indígenas nos Censos Demográficos utiliza-se o quesito raça/cor da população, usada desde o primeiro Recenseamento Geral do Brasil, em 1872. Só em 1888, o censo baseou-se nas seguintes categorias: branco, preto, mestiço ou caboclo. Entre as décadas de 1900 e 1920, a informação sobre cor não foi objeto de pesquisa, A classificação por ração e cor da população foi reintroduzida no censo demográfico 1940, realizada em três grandes grupos (pretos, brancos e amarelos) (IBGE, 2012b).

No processo censitário de 1940 e 1950, foi investigada a “língua falada” para as pessoas que não falavam habitualmente o português no lar, (IBGE, 2012b). Em 1960, foram utilizadas as mesmas categorias do Censo Demográfico 1950, nesse censo, houve a introdução da categoria “índio” no quesito da cor, contudo, a aplicação dessa categoria era somente para os que viviam em aldeamentos ou postos indígenas (IBGE, 2012b).

Posteriormente, nas décadas de 1970 e 1980, houve grande esforço de trabalho na defesa dos direitos indígenas, no qual os grupos ligados a estes movimentos concentraram esforços em “colocar índios no mapa do Brasil” (SANTOS et al., 2019), classificados, neste período, como pardos. (IBGE, 2012b). A diversidade racial da população é expressada baseando-se no pertencimento a categorias de cor/raça (branca, preta, amarela, parda e indígena).

Em 1987, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) sugeriu, considerando os princípios do respeito à cultura e identidade dos indígenas, a garantia e definição da aplicação dos direitos a partir da definição de quem é, ou não, indígena, a partir da manifestação da consciência de identidade pelo próprio grupo (PANIZZI, 2016). Este é o princípio para a aceitação da autodeclaração como método para obter a informação sobre cor ou raça.

Somente em 1990, houve o acréscimo da categoria indígena na classificação de raça/cor no Censo Demográfico Brasileiro (IBGE, 2010) Nos últimos censos do Brasil a captação das informações dos indígenas vem sendo aprimorada (SANTOS et al., 2019), constatada em 2000, cujas autodeclarações como indígenas aumentaram substancialmente em relação a 1991, enquanto, em 2010, mantiveram-se em patamares similares (IBGE, 2012a).

Dessa forma, os censos brasileiros utilizam a declaração espontânea do indivíduo, em que a pessoa tem que se auto classificar segundo a percepção que tem de si mesma. Sua maior percepção foi clara no censo de 2010, em que as mudanças foram significativas nas autodeclarações entre os censos, no qual 84,7% da população indígenas se auto referiam indígena (IBGE, 2012a).

1.3 Indígenas urbanos

A presença de indígenas nas cidades, em áreas urbanas, brasileiras é um fenômeno crescente, este deslocamento não é novo, os índices de migração aumentaram consideravelmente e conseqüentemente a organização política espacial dos mesmos, movimento semelhante visto em outros municípios da América Latina (BATISTOTI e LATOSINSKI, 2019).

O processo ocorre de forma simultânea ao processo de urbanização no país com o processo técnico e de desenvolvimento nos transportes facilitando deslocamento e a comunicação entre as pessoas e instituições (TEIXEIRA; MAINBOURG; BRASIL, 2009).

No Brasil, o perfil da população indígena muda após a década de 1991, como se observa na Tabela 01, quando passa a contabilizar também a população não aldeados, esta mudança impõe desafios interpretativos, pois surgem características relevantes sobre os indígenas como as características de uma população rural-urbana (PEREIRA; SANTOS e AZEVEDO, 2005), não podendo ser explicado apenas pela dinâmica demográfica, como o grande aumento de povos indígena no Brasil nas áreas urbanas (SANTOS et al., 2019).

Área de residência/ ano	1991	2000	2010
URBANO			
Não indígena	110.494.732	136.620.255	160.605.299
Indígena	71.026	383.298	315.180
RURAL			
Não indígena	3.5492.049	31.311.798	293.252.929
Indígena	223.105	350829	502.783
TOTAL			
Não indígena	145815790	167952053	189.931.228
Indígena	294.131	732.127	817.963

Tabela 01: Distribuição da população indígena e não indígena, por área urbana, rural, e total no Brasil.

Fonte: Site IBGE, – adaptado. Censo 2010; Acesso a informação 2021; Nota: Consideraram-se como população residente não indígena as categorias de 1 a 4 (branca, preta, parda e amarela) do quesito da cor ou raça.

De acordo com os dados do IBGE (2010), dos 5.565 municípios brasileiros, apenas 1.538 não têm indígenas residentes, isto é, 73% do total de municípios do Brasil apresentam indígenas residentes em sua área urbana (RAUPP et al., 2017).

BAINES, 2001 relata que a saída do indígena da área rural em direção à área urbana ocorre de maneiras diversas, tal padrão de deslocamento está associado, entre outros fatores, à perda dos territórios tradicionais, à busca por educação, saúde e trabalho e à precariedade dos serviços assistenciais básicos nas terras indígenas (RAUPP, 2017).

Nos estudos de (LOGSDON, 2014), a distribuição demográfica entre indígenas de área rural e urbana em Mato Grosso, 83,96% são indígenas de área rural (36.295 indivíduos) e os de áreas urbanas de 16,04% da população (6.931 indivíduos).

Dados oficiais apontam forte e expressiva presença indígena nos centros urbanos do país, no estado de Mato Grosso do Sul, encontra-se a segunda maior população de indígenas e Campo Grande sua capital é notória a presença indígena, caracterizando se como o sétimo município do Brasil, com o maior índice populacional indígena residindo

na cidade (CAIAFFA et al., 2008; IBGE, 2010) sendo a cidade de São Paulo, capital o município com maior número de indígenas em área urbana no Brasil, corresponde a 11.918 indígenas, segundo dados do IBGE no censo de 2010, (IBGE, 2010). Esta situação contribuiu para a implementação de políticas públicas pioneiras envolvendo índios urbanizados (SCHNEIDER; NETO, 2015).

2 | METODOLOGIA

Trata-se de estudo descritivo pautado em dados do Censo Demográfico Brasileiro, de 2010, do universo da caracterização gerais dos povos indígenas residentes em área urbana do estado de Mato Grosso, Brasil.

2.1 População de estudo

A população de estudo foram todos os autodeclarados indígenas residentes em área urbana no estado de Mato Grosso, Brasil, segundo o Censo Demográfico Brasileiro de 2010.

2.2 Fontes e coleta de dados

Estudo teve como fonte de informação os dados armazenados nos microdados do Censo Demográfico Brasileiro e no banco sidra do IBGE site: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>

Os microdados estão disponíveis online no endereço eletrônico: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9662-censo-demografico-2010.html?=%2520&t=microdados>.

Dados estes foram originados de questionários aplicados durante o censo demográfico no ano de 2010 e são constituídas de questionário básico (mais simplificado e aplicado ao universo) e o questionário da amostra (mais extenso e complexo aplicado para uma fração amostral) (IBGE, 2010).

2.3 Aspectos éticos

Este estudo foi pautado em dados secundários disponíveis em banco de dados *online* do IBGE e os como os dados não permite a identificação dos indivíduos e estão disponibilizados de domínio e acesso público, e nesse estudo foram utilizados para fins estatísticos e epidemiológicos. Comitê de Ética em Pesquisa em Saúde- CEP-Saúde, atendendo as normas da Resoluções 466/2012 e 510/2016/CONEP/CNS/MS. https://www1.ufmt.br/ufmt/un/secao/1_3128/propeq.

3 I RESULTADOS

O total da população indígena de Mato Grosso conta nos censos desde 1980 e a categoria População Raça/Cor a partir do Censo de 1991. Já as informações sobre a população indígena residente em área urbana no Estado de Mato Grosso passam a constar a partir do Censo 2000, conforme Quadro 1.

CENSO	1980	1991	2000	2010
População Geral MT	1.138.918	2.027.231	2.505.245	3.035.122
População Urbana MT	655.141	1.485.110	1.988.183	2.482.801
População Indígena Total MT	--	--	29.196	42.538
População Indígena Urbana MT	--	--	7.348	5.821

Quadro 1: População total e de indígena de Mato Grosso, Brasil, 1980-2010.

Fonte: Censo 2010

Em Mato Grosso dos 42.538 indígenas, 5.821(13,7%) residiam em área urbana, segundo dados do Censo 2010 (Tabela 4.25 - População residente, por situação do domicílio e cor ou raça, segundo os municípios - Mato Grosso – 2010), referente a Indígena da categoria raça/cor. Prevalece no estado os residentes (86,3%) em área rural, predominantemente nas Terras Indígenas e indígenas que residem nas áreas rurais fora das Terras Indígenas.

Do total de 141 municípios de Mato Grosso, apenas 16 não apresentou registro de população indígena residente na área urbana. Dos 110 municípios com total de 1.807 índios residentes em sua área urbana e 15 municípios com mais de 100 índios residentes, concentraram total de 4.014 indígenas, correspondendo a 68,9% de sua população residem em área urbana do estado. Destes cinco (5) municípios se destacam com sua população indígena em área urbana superior a 80%. São municípios mais populosos e de maior expressão regional do estado como a capital Cuiabá, Várzea Grande, Sinop e Cáceres, exceto município de Luciara (Tabela 02).

MUNICÍPIO	TOTAL	URBANA	%ÁREA URBANA
Cuiabá (MT)	1644	1608	97,8
Rondonópolis (MT)	701	309	44,1
Várzea Grande (MT)	290	287	99,0
Canarana (MT)	1349	271	20,1
Luciara (MT)	252	225	89,3
Tangará da Serra (MT)	1340	197	14,7
Nova Xavantina (MT)	299	156	52,2
São Félix do Araguaia (MT)	508	138	27,2
Cáceres (MT)	132	132	100,0
Sinop (MT)	159	132	83,0
MATO GROSSO	42.538*	5.821	13,7

Tabela 02. Municípios com população indígena acima de 100 habitantes indígenas residentes na área urbana e rural, Mato Grosso, Brasil, 2010.

Fonte: Site IBGE, – adaptado. Censo 2010; Acesso a informação 2021; % Porcentagem; *Tabela 4.25.2.1 População residente, por situação do domicílio e cor ou raça, segundo os municípios - Mato Grosso – 2010

A população indígena urbana residente em Mato Grosso, corresponde a 13,7% da população indígena do estado de MT, com 5.821 indivíduos, em que 50,2% são do sexo feminino.

Em relação ao grau de instrução, 3.490 (60,0%), declararam ter ensino fundamental incompleto ou sem instrução, seguido de 11,58 (19,9%), com ensino médio completo e superior incompleto.

Já o que se refere a terem algum tipo de renda, (61,0%) economicamente ativos, segundo a tabela 03.

DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS	N	%
Pop. Geral MT (2010)	3.035.122	
Pop. Geral indígena	42.538	1,7
Pop. indígena Urbana	5.821	13,7

Sexo

Masculino	2.900	49,8
Feminino	2.921	50,2
Faixa etária		
<01 a 4	373	6,4
5 a 9	417	7,2
10 a 14	537	9,2
15 a 19	540	9,3
20 a 29	1.041	17,9
30 a 39	906	15,6
40 a 49	777	13,4
50 a 59	572	9,8
60 a 69	367	6,3
70 a 79	209	3,6
80 a 89	68	1,2
90 a +	14	0,2
Nível educacional		
Sem instrução e fundamental incompleto	3.490	60,0
Fundamental completo e médio incompleto	963	16,5
Médio completo e superior incompleto	1.158	19,9
Superior completo	365	6,3
Não determinado	138	2,4
Economicamente ativos		
Ativos	3.553	61,0
Não ativos	2.560	44,0

Tabela 03: Dados demográficos indígenas residentes em área urbana em Mato Grosso, Brasil, 2010.

Fonte: Censo 2010; tabela 4.25.2.1 População residente, por situação do domicílio e cor ou raça, segundo os municípios - Mato Grosso – 2010

Do total de população indígena residentes no estado de MT, 50,2% são do sexo feminino. No entanto, destaca-se predominância no sexo masculino na faixa etária de 20 a 59 anos (Figura 1).

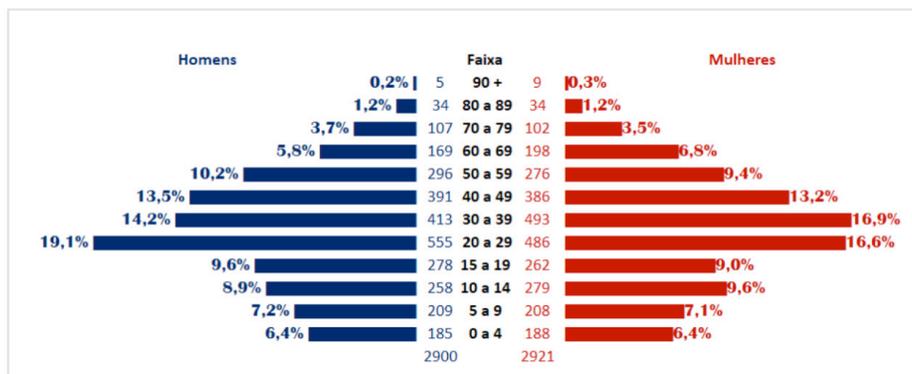


Figura 01. Composição por sexo e idade população indígena urbana, Mato Grosso, Brasil, 2010.

Fonte: Censo 2010

A faixa etária de maior registro de indígenas em áreas urbanas mato-grossense, conforme Tabela 3 estão entre 20 a 29 (17,9%); 30 a 39 (15,6%) e 40 a 49 (13,4%) e 50 a 59 anos (9,3%). Predominância por faixa etária que se mantém tanto para sexo masculino como feminino (Figura 1).

A pirâmide etária indica predominância da população na faixa etária economicamente ativa. A razão de dependência jovem (34,6%) e razão de dependência de idosos de 17,2% reforçam essa concentração de população adulta.

CARACTERÍSTICA EM TORNO DA RESIDÊNCIA URBANA	EXISTENTE		não existente	
		(%)		(%)
Identificação do logradouro	2.617	(47,4)	2.886	(49,6)
Iluminação pública	5.123	(92,8)	360	(6,2)
Pavimentação	2.998	(54,3)	2.485	(42,7)
Calçada	1.901	(34,4)	3.582	(61,5)
Meio fio/guia	2.877	(52,1)	2.606	(44,8)
Bueiro/boca de lobo	1.145	(20,7)	4.338	(74,5)
Rampa para cadeirantes	99	(1,8)	5.384	(92,5)
Arborização	2.957	(53,5)	2.526	(43,4)
Esgoto a céu aberto	408	(7,4)	5.075	(87,2)
Lixo acumulado nos logradouros	272	(4,9)	5.211	(89,5)

Tabela 04. Características em torno do domicílio dos indígenas residentes em área urbana de Mato Grosso, Brasil, 2010.

Fonte: Censo 2010

Quanto ao tipo de moradia e o seu entorno, 2.617(47,4) declararam terem identificação de logradouro. Quanto as moradias, 92,8% tem iluminação pública, 54,3% residem em moradias com pavimentação e 53,5% com arborização. Apenas 7,4% tem esgoto a céu aberto e 4,9% lixo acumulado nos logradouros. Porém, menos de 30% tem calçadas e ou bueiros/boca de lobo (Tabela 3).

4 | DISCUSSÃO

Segundo Relatório do Banco Mundial (2015), 49% dos indígenas da América Latina atualmente vivem em áreas urbanas. No Brasil, em 2010 a população de área urbana chegou a 160.925.804 habitantes destes 315.180 habitantes residentes em área urbana são considerados ou autodeclarados indígenas, corresponde, a 0,19%, da população urbana brasileira segundo IBGE 2010.

A taxa de urbanização dos indígenas da Região Centro-Oeste passou de 36,8% em 2000, diminuindo para 26,2% em 2010. Em Mato Grosso, também houve uma retração do processo de urbanização da população indígena de 2000 a 2010. Do total da população indígena do estado, 25,2% em 2000 e 13,6% em 2010 residiam nas cidades. Em 2000, os indígenas residentes em área urbana de Mato Grosso representavam 0,37% da população residente na área urbana total do estado e 2010 eram 0,23% (LONGDON, 2014).

Razão de sexo, levemente maior para sexo masculino, constituída nas faixas etárias de 20 a 59 anos indicam, possivelmente presença da população economicamente ativa de mão-de-obra masculina. No entanto, ainda há razão de dependência de 51,8% que merece atenção.

A escolarização acima de alfabetização básica (Fundamental Completo) foi acima de 42%. A questão urbano/rural para população indígena tem nuances que expressam uma dinâmica peculiar, muitas vezes, o deslocamento de rural para urbano, passa pela transitoriedade, isto é, permanência nas aldeias até completar o ensino fundamental para buscar completar a instrução ou, deslocamento em busca de trabalho e, retorno às aldeias quando deixam de trabalhar. A presença de índios urbanos, especialmente em municípios com territórios indígenas, leva a pressupor vínculo perene com sua área original, mantendo relações entre área rural e urbano. Já para municípios de maior porte, mesmo sem Território Indígena, tem atraído os indígenas em busca de melhores condições de vida, acesso aos recursos sociais, especialmente instrução de nível médio e superior.

Em maior ou menor número, os indígenas estão presente no cenário urbano em todo estado. Os dados do Censo podem subsidiar para elaboração e definição de políticas visando minimizar, evitar ou reduzir os riscos e vulnerabilidades dessa população. A marginalização social e econômica muitas vezes leva a maior incidência entre os povos indígenas urbanos de acesso inadequado à habitação, infraestrutura e serviços urbanos (MCKAY; FARHA, 2011), nos dados apresentados neste estudo a variável referente ao tipo

de moradia ou seu entorno, a inexistência de uma identificação de endereço, ou, a serviços básicos de saneamento como coleta de lixo, reforça e vão de encontro com outros estudos como de que ao buscar a análises sobre as condições de saneamento de domicílios indígenas situados em áreas urbanas, particularmente nos países em desenvolvimento, os indígenas, tendem a não possuir, acessar, usar e herdar terras e propriedades, infraestrutura e serviços urbanos, portanto, estão sujeitos à falta de moradia, (MCKAY; FARHA, 2011; RAUPP et al., 2017), dessa maneira, a inserção do índio nas cidades brasileiras, muitas vezes vistos morando nas ruas, reproduz o processo histórico excludente de lutas travadas desde o descobrimento do país (BATISTOTI e LATOSINSKI, 2019).

SANTOS et al. (2019) enfatiza que, para o censo de 2020, é necessário unir esforços para captura de dados mais detalhados sobre os povos indígenas que vivem fora das terras indígenas em particular os que vivem em áreas urbanas, considerando que a urbanização da população indígena um processo que, nas tendências atuais, tenderá a intensificar no país nas próximas décadas.

Além disso, há uma complexidade envolvida na utilização das categorias de cor ou raça e na mensuração desta variável em estudos acadêmicos e em sistemas oficiais de informação de saúde, como já vem sendo apontado na literatura (CALDAS, 2014) como apontado nos estudos de (RAUPP et al., 2019), que apresenta a desigualdades segundo a cor ou raça para variados desfechos de morbimortalidade e acesso aos serviços de saúde.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença indígena nas cidades é evidenciada por registros históricos, não se tratando de um fenômeno recente, como o apresentado em nosso estudo, o estado de Mato Grosso vem passando além de um processo de migração. Pelo Censo de 2010, 13,7% da população indígena de Mato Grosso residem em área urbana, concentradas em municípios de referência. Concentra-se majoritariamente na faixa etária de 20 a 29 anos, em ambos os sexos, 60% não tem grau de instrução formal concluída e, 61% são economicamente ativos. Acima de 50% contam com infraestrutura urbana em suas moradias. A caracterização dos indígenas urbanos requer maior aprofundamento, porém os dados do Censo indicam necessidades de adequar a oferta de cuidados sociais e de saúde como forma de assegurar vida em cidade com qualidade. No Censo 2010 a pergunta sobre cor ou raça foi incluída no questionário do universo, relação aos povos indígenas, a potencialidade da utilização destas informações ainda é subestimada, frente à escassez dos estudos que utilizem estas fontes de dados.

É de suma importância a realização do mais breve possível o processo censitário no Brasil, e em especial no estado de Mato Grosso, uma vez que o processo não foi realizado no ano de 2020. No entanto a situação pandêmica que o Mundo se deparou neste mesmo ano faz com que as instituições acadêmicas, poder público e sociedade venham a refletir

em políticas públicas sobre grupos populacionais mais vulneráveis e que assim busquem estratégias de planejamento e enfrentamento, segundo uma das principais diretrizes do sistema único de saúde SUS, a Equidade.

AGRADECIMENTO

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela bolsa de mestrado concedida a discente Julia Maria Vicente de Assis, através do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso PPGSC/UFMT; A Coordenadoria de Ações Programáticas e Estratégicas - COAPRE/ Superintendência de Atenção à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de MT, pela sugestões sobre o tema abordado; A Prof^a. Dr^a Silvia Ângela Gugelmin, pelas contribuições ao tema apresentado.

REFERÊNCIAS

BAINES, S. G. As Chamadas “Aldeias Urbanas” ou Índios na Cidade. **Revista Brasil Indígena**, v. 2, n. 7, p. 15–17, 2001.

BATISTOTI, A. F.; LATOSINSKI, K. T. O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/ MS. **RUA**, v. 25, n. 1, 30 maio 2019.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 5.534 de novembro de 1968. “Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas e dá outras providências”. v. 15, p. 10–11, 1968.

BRITO, F.; SOUZA, J. DE. EXPANSÃO URBANA NAS GRANDES METRÓPOLES o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **SÃO PAULO EM PERSPECTIVA**, v. 19, p. 48–63, 2005.

CAIAFFA, W. T. et al. Saúde urbana “a cidade é uma estranha senhora. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, p. 1785–1796, 2008.

CALDAS, A. D. R. **Mortalidade por cor ou raça, com foco nos indígenas: perspectivas comparativas entre o Censo Demográfico de 2010 e Sistemas Nacionais de Informação em Saúde** Rio de Janeiro- RJ Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca-ENSP, , 2014.

CARVALHO, J. A. M. DE; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. DO N. Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia. **Textos Didáticos**, v. 1, n. 0, p. 4–60, 2015.

CEPAL. **Os Povos Indígenas na América Latina. Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos. Síntese. Santiago/Chile**, 2015.

CUNHA, J. M. P. DA. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 20, n. 39, p. 29–50, 2012.

FAJERSZTAJN, L.; VERAS, M.; SALDIVA, P. H. N. Como as cidades podem favorecer ou dificultar a promoção da saúde de seus moradores? **Estudos Avancados**, v. 30, n. 86, p. 7–27, 2016.

IBGE. IBGE Censo Demográfico 2010. p. censo2010.ibge.gov.br, 2010.

IBGE. Censo Demográfico 2010: Características gerais dos indígenas. n. 0104–3145, p. 245, 2012a.

IBGE. Os indígenas no Censo Demográfico 2010. **Censo Demográfico 2010**, p. 232, 2012b.

KODAMA, K. **Os índios no Império do Brasil. A etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. FIOCRUZ ed. Rio de Janeiro- RJ: [s.n.].

LOGSDON, L. **Perfil demográfico dos povos indígenas de Mato Grosso, 2000 e 2010** Cuiabá Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso., 2014.

MCKAY, C.; FARHA, L. **Securing Land Rights for Indigenous Peoples in Cities: policy guide to secure land rights**. [s.l: s.n.].

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. Demografia dos Povos Indígenas no Brasil : um panorama crítico. **Demografia dos Povos Indígenas no Brasil**, v. 01, p. 11–32, 2005.

PANIZZI, C. S. A autodeclaração como técnica de identificação racial no direito brasileiro. **XII Semana de Extensão. Centro Universitário Ritter dos Reis**, p. <https://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivo>, 2016.

RAUPP, L. et al. Condições de saneamento e desigualdades de cor/raça no Brasil urbano: Uma análise com foco na população indígena com base no Censo Demográfico de 2010. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 20, n. 1, p. 1–15, 2017.

RAUPP, L. et al. Basic sanitation and inequalities in color/race in urban households with under-five children, with a focus on the indigenous population. **Cadernos de Saude Publica**, v. 35, 1 jan. 2019.

RODRIGUES, M. J. et al. A MIGRAÇÃO INDÍGENA E A RECEPÇÃO DO INDIO NA SOCIEDADE CONTEMPORANÊA. **Cientific@ - Multidisciplinary Journal**, v. 6, n. 1, p. 183–188, 29 maio 2019.

SANTOS, R. V. et al. The identification of the Indigenous population in Brazil's official statistics, with an emphasis on demographic censuses. **Statistical Journal of the IAOS**, v. 35, n. 1, p. 29–46, 2019.

SANTOS, R. V.; COIMBRA-JR, C. E. A. **Cenários e tendências da saúde e da epidemiologia dos povos indígenas no Brasil**. FIOCRUZ; ed. Rio de Janeiro: [s.n.].

SCHNEIDER, G. S. DA S.; NETO, F. Q. V. **A (IN)visibilidade dos direitos indígenas nos grandes centros urbanos: um olhar sobre os indígenas na cidade de porto alegre**. [s.l: s.n.].

TEIXEIRA, P.; MAINBOURG, E. M. T.; BRASIL, M. Migração do povo indígena sateré-mawé em dois contextos urbanos distintos na amazônia. **Caderno CRH**, v. 22, n. 57, p. 531–546, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 9, 116, 117, 118, 119, 122, 123
Amazônia Legal 82
Ambiente Físico 66, 68, 69, 70, 72, 74, 76
Artrite Reumatoide 41, 42, 43, 47, 48, 197, 201
Assédio Moral 181, 182, 183, 184, 185, 186
Atenção Básica 34, 63, 64, 110, 111, 113
Atendimento de Urgência e Emergência 168, 170, 171, 177
Atividade Física 34, 37, 38, 40, 110, 111, 112, 113, 150, 164

C

Câncer 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 163, 197, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 219

D

Demografia 82, 95, 96
Dermatologia 107, 161, 162, 163, 164, 165, 166
Diacetil 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223
Doença Renal Crônica 56, 57, 63, 64, 65

E

Educação em Saúde 5, 7, 11, 29, 31, 33, 115, 116, 117, 118, 121, 122, 123
Enfermagem 1, 7, 12, 39, 76, 114, 116, 118, 119, 122, 123, 160, 167, 168, 178, 181, 182, 183, 185, 186, 206
Ensino-Aprendizagem 27, 29, 30, 113
Estágio Curricular 209

F

Farmácia 97, 209, 210, 211, 212, 213
Flavorizante 216, 217, 218, 222

G

Gestantes 36, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107

H

Hábitos Sedentarizados 51, 52, 53

I

Idosos 55, 63, 66, 69, 76, 77, 92, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 189

Indígenas Urbanos 82, 86, 93, 94

M

Mastoidite 78, 79, 80, 81

N

Neurofisiologia 14, 16, 21, 23, 26, 27

O

Obesidade 31, 32, 33, 36, 37, 38, 51, 53, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 110, 163, 198, 201

Objective Structured Clinical Examination 209, 210, 214, 215

Otite Média 78, 79, 80, 81

Ozonioterapia 41, 43, 47, 48

P

Patogenia 56, 57, 63

Perfil Demográfico 82, 84, 96

Perfil Epidemiológico 51, 53, 55, 97, 101, 179

Periodontite 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207

População Indígena 54, 55, 82, 83, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96

Potencial Erosivo 124, 126, 130, 131, 132, 133

Programa Saúde na Escola 31, 34, 38, 39

Psicologia 14, 16, 21, 22, 55, 68, 76, 159, 160, 161, 178, 183, 186

Q

Qualidade de Vida 36, 42, 74, 82, 84, 112, 114, 118, 150, 151, 152, 153, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 167, 169, 187

R

Residência Multiprofissional 110, 111, 114

S

SAMU 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180

Sedentarismo 38, 53

Serviço de Atendimento Móvel de Urgência 168, 170, 171

Sífilis Congênita 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

T

Transtornos Psíquicos 51, 53

Dinamismo e Clareza no Planejamento em Ciências da Saúde

3

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Dinamismo e Clareza no Planejamento em Ciências da Saúde

3

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br